



REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS

BASES DE SUSTENTAÇÃO POLÍTICA E FENÔMENO DO LULISMO.

Alexandre de Castro¹

Resumo: Este artigo problematiza duas das teses contidas em *Os sentidos do lulismo reforma gradual e pacto conservador* (2012) propostas por André Singer: a adesão de parcela importante de eleitores ao governo a partir de 2006, denominada “realinhamento” e reformas de natureza econômica conhecida como “reformismo fraco”. A partir daí criou-se base de sustentação e possibilidade de arbitragem entre as classes sociais propiciando controle dos movimentos operário e popular atraindo apoio da burguesia ao governo Lula. Mediante revisão bibliográfica problematizamos esta concepção. Boito Junior (2018) destaca a presença de “uma nova burguesia nacional” na estrutura de poder no Brasil desde 2000 ascendendo política e economicamente durante o governo Lula a desempenhar importante papel no jogo político brasileiro. Com o fim do “Lulismo” assistimos a reorganização das forças sociais iniciando era de incertezas na superação das gritantes desigualdades produzidas pelas contradições do capitalismo brasileiro.

Palavras-chaves: Lulismo. Reformismo fraco. Classes sociais. Realinhamento.

BASES OF POLITICAL SUPPORT AND PHENOMENON OF LULISMO

Abstract: This article problematizes two of the theses contained in *The senses of Lulism gradual reform and conservative pact* (2012) proposed by André Singer: the accession of a significant portion of voters to the government from 2006, called "realignment" and reforms of an economic nature known as "weak reformism". From there was created base of support and possibility of arbitration between the social classes propitiating control of the workers' and popular movements attracting support of the bourgeoisie to the Lula government. Through a bibliographical review, we discuss this conception. Boito Junior (2018) stresses the presence of "a new national bourgeoisie" in the power structure in Brazil since 2000 rising politically and economically during the Lula government to play an important role in the Brazilian

¹ Doutor em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Câmpus de Marília/SP onde graduou-se em Ciências Sociais Licenciatura (2019) e Ciências Sociais Bacharelado (1995), é Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília - UNIVEM (2002), Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília - UNIVEM (2005). Atualmente é professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

political game. With the end of “Lulism” we witnessed the reorganization of social forces, beginning with uncertainties in overcoming the stark inequalities produced by the contradictions of Brazilian capitalism.

Keywords: Lulismo. Weak reformism. Social classes. Realignment.

BASES DE SUSTENTACIÓN POLÍTICA Y FENÓMENO DEL LULISMO.

Resumen: Este artículo problematiza dos de las tesis contenidas en Los sentidos del lulismo reforma gradual y pacto conservador (2012) propuestas por André Singer: la adhesión de una parte importante de electores al gobierno a partir de 2006, denominada "relineamiento" y reformas de naturaleza económica conocida como "Reformismo débil". A partir de ahí se creó base de sustentación y posibilidad de arbitraje entre las clases sociales propiciando control de los movimientos obrero y popular atrayendo apoyo de la burguesía al gobierno de Lula. Por medio de la revisión bibliográfica problematizamos esta concepción. Boito Junior (2018) destaca la presencia de "una nueva burguesía nacional" en la estructura de poder en Brasil desde 2000 ascendiendo política y económicamente durante el gobierno de Lula a desempeñar un importante papel en el juego político brasileño. Con el fin del “Lulismo” asistimos a la reorganización de las fuerzas sociales iniciando era de incertidumbres en la superación de las gritantes desigualdades producidas por las contradicciones del capitalismo brasileño.

Palabras clave: Lulismo. Reformismo débil. Clases sociales. Realignamiento.

Enquanto os meios de pagamento cresçam, cada fração de classe pode cultivar o seu lulismo de estimação. Responsável, apesar de algo populista, para os bancos. Nacionalista, *ma non troppo*, para os industriais. Promotor do emprego, embora precário, para o proletariado. Apoiador do crédito para a agricultura familiar, ainda que relutante quanto a enfrentar o latifúndio, para os trabalhadores rurais. Por isso, o presidente pode pronunciar, para cada uma delas, um discurso aceitável, usando conteúdos diferentes em lugares distintos e, sobretudo, tomando cuidado para que os conflitos não impliquem radicalização e mobilização. (SINGER, 2012, p. 202).

Introdução.

A epígrafe contempla os elementos que compõe a síntese mais acabada do momento histórico que Singer (2012) denominou de lulismo. Embora 1989, 1994 e 1998 representaram historicamente as tentativas fracassadas da esquerda progressista para que o operário metalúrgico chegasse ao poder, a perseverança de Luiz Inácio Lula

da Silva e disposição de militantes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores nunca arrefeceram até que lutas o levaram à vitória eleitoral em 2002.

Na condição de testemunha privilegiada da história, André Singer atuou como porta voz da república do governo eleito entre os anos de 2003 a 2006 quando retornou às suas atividades acadêmicas e, longe da agitação exigida daqueles que são poder, elaborou verdadeira análise do vivido no qual explicita e defende os elementos constitutivos da tese que denominou de “Lulismo”.

Foram dois expressivos mandatos que, ao final, tornaram Luiz Inácio Lula da Silva destinatário do maior índice de aprovação popular entre os presidentes do Brasil com 87% de aprovação popular, além da eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, mais tarde deposta por um golpe parlamentar/judicial/midiático no início de seu segundo período a frente do Poder Executivo Federal, em agosto de 2016.

Dons pessoais aliados a enorme sensibilidade social do retirante sertanejo que conhece como ninguém a miséria, pobreza e exploração perpetuada na cristalização das contradições de classe no Brasil, além da capacidade de análise política adquirida na militância e liderança sindical forjada no chão de fábrica, foram características imprescindíveis quando o sindicalista que, ao participar da fundação do Partido dos Trabalhadores no início dos anos 1980, sedimentaria o caminho que mais tarde permitiria ascensão política conduzindo-o ao Palácio do Planalto transformando-se num dos mais importantes presidentes brasileiros. (ANDERSON, 2011).

1. Condições econômicas e sociais do nascimento do Lulismo:

O 35º Presidente do Brasil construiu seu legado durante o período de 1º de janeiro de 2003 até 1º de janeiro de 2011. Contudo, ao suceder a Fernando Henrique Cardoso, este legado parecia fora dos horizontes em virtude das dificuldades a serem enfrentadas no início de seu governo. Dívida pública crescente, um enorme déficit nas contas públicas se comparado aos países vizinhos e a desvalorização do real. Além deste cenário, em 2005, o governo petista é acusado de um esquema de compra de votos de parlamentares para aprovação dos projetos enviados pelo executivo à Casa Legislativa federal denominada pela imprensa de “mensalão”. A coordenação deste esquema de cooptação parlamentar ficava a cargo do então chefe da Casa Civil, articulador e estrategista da vitória de Lula em 2002: José Dirceu. O desenrolar do escândalo acabou por derrubar políticos próximos ao presidente como Luiz Gushiken, José Genoíno, além do tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares.

Foi em meio à crise que a fortuna sorriu para o presidente. Primeiro, o aumento da arrecadação tributária permitindo-lhe implementar programas de caráter social, dentre eles o mais significativo que seria sinônimo de Lula: o Programa Bolsa Família. Segundo, o retorno do crescimento da economia que vinha a reboque de oito anos de Fernando Henrique Cardoso apresentando um PIB nunca superior a 2,3%. Entre 2004 e 2006 o crescimento da economia apresentou resultados de 4,3%, o dobro de seu antecessor. (ANDERSON, 2011). A política de aumento do salário mínimo, a possibilidade, de pessoas que nunca tiveram acesso ao crédito junto às instituições bancárias em contrair empréstimos permitindo crescimento do consumo estimulando, ainda mais, a expansão do mercado interno brasileiro. Tais ações empreendidas na área econômica acabaram refletindo no plano social desembocando em consequências de natureza política que, analisadas em conjunto, permitiram fenômeno do lulismo defendido por Singer (2012).

Tal fenômeno seria ferozmente combatido pela oposição, sobretudo depois do golpe perpetrado em agosto de 2016 contra a sucessora e presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff. O embate tona-se mais intenso e aguerrido pelo novo governo que tomou posse em 1º de janeiro de 2019. Apesar dos esforços e opções políticas democraticamente implementadas durante os governos Lula e Dilma, o manto da camada de hipocrisia que reveste nossa sociedade foi parcialmente levantado permitindo espetáculo intenso de ódio, violência, ignorância e intransigência daqueles que estão dispostos, a todo custo, manter o *status quo*.

2. No que consiste o fenômeno do Lulismo?

Mas no que consistiu tal fenômeno que possibilitou certo progressismo e melhorias na vida material da população brasileira de modo geral, ao mesmo tempo, veementes contestações por outros a ponto de assistirmos a um golpe parlamentar-constitucional-jurídico-midiático como forma de tomar o poder?

Nas teses contidas em *Os sentidos do lulismo reforma gradual e pacto conservador* (2012) André Singer discute o fenômeno guiando-se entre a difícil interpretação de contradições inerentes ao próprio fenômeno lançando indagação se do resultado do embate entre as “forças em jogo” seríamos capazes de promover a superação das atuais contradições do capitalismo brasileiro e colocá-lo em patamar superior.

O que é denominado pelo autor como “Lulismo” está em gestação desde o primeiro governo Lula (2003-2006) e ganha impulso com um fator econômico em virtude do aquecimento do comércio externo na valorização das *commodities*, a qual se deu, em média, na casa dos 89% entre os anos de 2002 a 2006. Tal fato permitiu superávits na balança comercial e consequente aumento de nossas reservas monetárias.

Contudo, alerta o autor, só o fator econômico externo não explica o fenômeno. Singer (2012) alerta para o fato de que não foi somente o incremento da política econômica externa que possibilitou a implementação de políticas com vistas a distribuição de renda entre os pobres. Destaca que o fator econômico externo de valorização das exportações de nossa economia encontrou, no plano interno, o mercado aquecido em virtude de opções políticas adotadas a partir de 2003, e ao longo do primeiro mandato do governo Lula.

Dentre as decisões governamentais estavam valorização do salário mínimo que em 2010 já acumulava reajustes na casa dos 50% beneficiando ao menos 18 milhões de pessoas diretamente (ANDERSON, 2011); patrocínio, às pessoas que nunca tiveram acesso a rede bancária, da possibilidade de contratar a modalidade conhecida como crédito consignado com desconto automático das parcelas em suas contas correntes, circunstâncias nas quais diminuem riscos de calotes favorecendo juros mais acessíveis; a promulgação do Estatuto do Idoso, em 2004, prevendo em seus artigos a concessão de benefício no valor de um salário mínimo aos idosos com idade igual ou superior a 65 anos contemplando 2,4 milhões de cidadãos em 2006; além da implementação do Programa Bolsa Família (SINGER, 2002).

De tal forma que os *superávits* provenientes do comércio de *commodities* encontrou a economia aquecida incrementando o consumo, consumo este responsável pela demanda provocando a geração de empregos, e aquecimento de maior demanda, com isto aumentando a arrecadação tributária resultando na movimentação do círculo da economia capitalista e do crescimento econômico.

3. Teses do “realinhamento” e “reformismo fraco” do Lulismo:

Diante deste novo contexto, Singer (2012) apresenta e defende várias teses a respeito do fenômeno, mas o propósito deste artigo é destacar dois fatos importantes: a adesão de uma parcela importante de eleitores ao governo ocorrida a partir de 2006, conhecido como “realinhamento”, e as reformas de natureza econômica que

propiciaram relevantes modificações nos índices sociais brasileiros denominado de “reformismo fraco”.

As reformas e opções políticas de natureza econômica e social provocou um “movimento subterrâneo de eleitores” de baixíssima renda, denominada “subproletariados”. Esta fração de classe já havia sido analisada por Paul Singer (1981) nos anos 1980 caracterizada por aqueles que, apesar de oferecerem sua força de trabalho, não encontram no mercado a devida contraprestação que lhes possam assegurar a reprodução de sua vida material com dignidade. Tradicionalmente esta fração de classe destinava seus votos aos partidos conservadores e de direita, mas agora se alinhavam politicamente à Lula. Tal fato se deu em virtude da capacidade de Lula promover políticas de natureza pública por intermédio estatal propiciando melhoria na vida material do brasileiro em geral, dos mais pobres em particular.

Esta nova guinada social aconteceu de cima para baixo nos moldes expostos por Singer (2012) como um característico Bonapartismo, pois em virtude da impossibilidade do “subproletariado” em se organizar através de movimentos e partidos políticos para reivindicação de seus verdadeiros interesses, ou seja, como classe em si, encontrou em Lula seu verdadeiro representante. Mas um representante com capacidade de promover um bem-estar material desprovidos dos instrumentos de luta, tais quais utilizados durante o período de 1980 a 1990 nos embates entre capital e trabalho, sobretudo na região do ABC paulista como foram greves, paralisações, *look outs*. Curiosamente tais aparatos de reivindicações e ferramentas de conflito entre classes sociais são encarados com hostilidade pelos “subproletariados” que, em seu “conservadorismo popular”, agora enxergam as mudanças sem que houvesse desestabilização da ordem, e se submeteram de forma consentida à dominação política.

Este deslocamento do “subproletariado”, sobretudo das regiões localizadas no nordeste brasileiro, representou um importantíssimo capital eleitoral com mais de 40 milhões de pessoas a influenciar de forma decisiva os resultados eleitorais permitindo impor derrotas políticas ao Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB em 2006, eleger Dilma Rousseff em 2010 e reconduzi-la ao Poder Executivo Federal em 2014. Contudo, o autor relativiza o papel das políticas sociais e refuta, em particular, no que se refere ao Programa Bolsa Família como “instrumentalização da pobreza”, como moeda de troca política no segundo pleito vitorioso de Lula como argumentam seus críticos. Para refutar tais críticas Singer (2012) apresenta outras variáveis que acredita devam ser consideradas.

O exemplo argumentativo está relacionado ao custo da cesta básica. Enquanto seu custo subia nas regiões sul e sudeste até o patamar de 10,4%, nas regiões nordeste o controle de preços dos alimentos básicos proporcionou deflação de – 3% nos estados de Pernambuco e Ceará antes federativos nos quais Lula obteve significativa votação.

Criação de novos empregos, política de valorização do salário mínimo, transferência de renda via Programa Bolsa Família e ampliação de crédito traduziram-se nos quatro pilares nos quais se promoveu uma reforma de combate à pobreza denominada pelo autor de “reformismo fraco”. Ao invés da implementação de uma política mais aguerrida, como constava da base das primeiras campanhas propostas nos anos de 1980-90 quando do nascimento do Partido dos Trabalhadores e seu caráter radical, com reivindicações no sentido de uma sociedade mais justa de natureza socialista onde não haveria explorados e exploradores proposta pelo “espírito de Sion”, o “reformismo fraco”, adotado como princípio político se traduziu no compromisso entre governo e capital.

O compromisso envolvia promessas e interesses notadamente contidos na “Carta ao povo brasileiro” afirmando a necessidade de uma ampla negociação de caráter nacional capaz de refundar o pacto social brasileiro respeitando os “contratos e obrigações do país”. Entrava em cena o “espírito do Anhembi” na intenção de afastar qualquer temor de um governo que, apesar de sua orientação ideológica de esquerda, comprometia-se a não romper com o modelo econômico neoliberal vigente do câmbio valorizado, manutenção dos *superávits* primários e a preservação dos interesses rentistas.

Para Singer (2012) não se tratou do abandono das propostas do “espírito de Sion” constantes da base do programa de governo no sentido de realizar uma revolução democrática no Brasil, mas o “reformismo fraco” levado a cabo por Lula foi sua realização em “versão homeopática”. Para Singer (2012) o “reformismo fraco” empreendido no governo Lula guarda certa aproximação entre as propostas de 1994 no projeto do Partido dos Trabalhadores.

Assim, em 1994, dentro das possibilidades orçamentárias a intenção seria implantar um Programa de Renda Mínima iniciando pelas regiões mais pobres até as mais ricas. O Programa Bolsa Família lançado em 2003 guarda semelhança com tal proposta; a atenção ao financiamento da produção no sentido de fortalecer pequenas e micro empresas, bem como financiamento de projetos sociais constavam do Projeto de 1994 e o autor destaca semelhança na expansão do crédito realizado entre 2003 a 2010

que saltou “de 381 milhões” para expressivos “1,4 trilhão” de reais em sete anos incrementando o setor imobiliário e o crédito rural; a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas que desde 1988 ainda aguarda sua devida regulamentação na Constituição Federal e constava da proposta de um “reformismo forte” de 1994, encontra no “reformismo fraco”, mais precisamente na expansão do crédito consignado, sua forma “homeopática” disponibilizando por meio dos bancos oficiais “119 bilhões de reais” até 2010 contra os “11 bilhões de reais” iniciais em 2004; outra reivindicação do programa de governo do Partido dos Trabalhadores de 1994 do “direito ao trabalho para todos” com vistas a se realizar pelo “investimento público” em áreas “de infraestrutura econômica e social”, redução da jornada laboral tem seu correspondente na criação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC lançado em janeiro de 2007 que acabou por reduzir o desemprego, principalmente, após a crise de 2008 e sua continuidade no governo Dilma derrubou o número de desempregados para 4,7% em dezembro de 2011; por fim, a bandeira histórica da valorização do salário mínimo teve seu início no “reformismo fraco” a partir de 2005 e em dezembro de 2010 seu valor de \$510,00 correspondia a “cerca de 23%” do que deveria ser segundo o Dieese.

Portanto, as bases que permitiram o fenômeno nas quais se assentaram o lulismo estavam a manutenção da estabilidade política, tão ao gosto das classes subalternas brasileiras e seu “conservadorismo popular” e ação do Estado, a partir de cima, no que diz respeito às políticas públicas de distribuição de renda numa clara demonstração de que o Estado se preocupa com as condições de vida material e bem estar de todos os brasileiros, inclusive os mais pobres.

Uma transição de caráter político que se opera nos ideais do Partido dos Trabalhadores que surgiu com o firme propósito de superar as desigualdades sociais brasileiras, mas que agora, com o “Lulismo”, busca superar a pobreza.

4. “Nova burguesia nacional” como base política do Lulismo.

Mas ainda cabe destacar um terceiro elemento presente no fenômeno do lulismo não mencionado pelo autor.

Para Singer (2012), o governo, a partir do ponto de vista de sua base de sustentação, realizara uma arbitragem entre as classes de acordo com a correlação de forças de cada momento, ora aplicando políticas conservadoras, ora políticas progressistas. Concepção que induziu muitos dos críticos à compreensão de que o

governo mantinha os movimentos operário e popular sob controle propiciando o apoio da burguesia ao governo Lula.

Embora como visto, em razões anteriormente expostas, o “subproletariado” tenha sido conquistado como base política eleitoral (parte do consentimento passivo), a partir de 2006, o lulismo possui outra “base política” – a fração de classe dominante – não tratada por Singer (2012), mas com importante papel no contexto do fenômeno do lulismo.

Ao contrário do “subproletariado”, esta fração de classe dominante tinha ideologicamente muito clara o porquê apoiaria o governo e não seria pelo fato da possibilidade do governo em manter os movimentos operário e popular nos limites da moderação.

Pelo contrário.

Grande parte da burguesia não apoiava o governo.

Primeiramente cabe destacar argumentação de Boito Junior (2018) de que a burguesia brasileira apresenta duas frações de classe. Uma totalmente integrada ao capital financeiro internacional e “uma nova burguesia nacional” formada em sua maioria por setores vinculados à indústria, bancos, construção civil e interesses ligados ao agronegócio. Aquela politicamente vinculada ao Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, opositor lutando pelo retorno da política econômica adotada nos tempos de Fernando Henrique Cardoso. A segunda, denominada por Boito Junior (2018) como “nova burguesia nacional”, bastante presente na estrutura do poder no Brasil desde 2000 ascendendo política e economicamente durante o governo Lula, melhorando sua posição dentro deste bloco de poder.

Esta posição se deveu a dois fatores: a nova burguesia nacional assimilou o neoliberalismo e se lançou em busca de mercados externos e o Estado brasileiro, por intermédio do Itamarati, procurou estabelecer relações mais próximas com países do hemisfério sul com forte e agressivo financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, numa clara demonstração de que os interesses desta fração de classe tinham importância cada vez maior na trajetória econômica do Estado, não só a partir do primeiro governo Lula, principalmente na transição do primeiro para o segundo mandato, em virtude da adoção do projeto econômico desenvolvimentista.

Assim, a disputa entre as frações burguesas no interior do governo Lula leva a “nova burguesia nacional” a aceitar uma frente envolvendo sindicatos e movimentos

populares no sentido de dinamizar o capitalismo brasileiro, e não acolher de maneira integral os princípios do neoliberalismo, se afastando da “burguesia compradora” e de seus interesses atrelados ao capital internacional em sua expansão sem limites.

Foram várias intervenções em favor de Lula e seu governo por parte de empresários e representantes dos mais variados segmentos, inclusive vários deles se dirigiram até Brasília em comitiva para hipotecar sua solidariedade e apoio ao presidente (Boito Junior, 2018).

A aproximação entre governo e fração de classe da burguesia nacional se deu no ano de 2004 com a eleição de Paulo Skaf para a presidência da entidade ocorrendo o arranjo para que parte desta fração de classe burguesa participasse da base de apoio ao governo Lula.

Uma das primeiras atitudes do novo presidente foi reativar a *Revista da Indústria* com propósito de colaborar com o novo contexto político numa perspectiva “proativa” atuando “junto às autoridades governamentais” legislativas e executivas no sentido de “atender aos interesses da indústria”. (BOITO JUNIOR, 2018).

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP ocupou papel de importante protagonista em defesa do governo Lula por ocasião dos ataques sofridos no “mensalão” perpetrados em conjunto pela alta classe média, o capital financeiro e o Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB. A estratégia consistia na promoção do desgaste político do governo, “sangrar até a morte” no jargão político, inclusive iniciar um processo de *impeachment* contra um governo já bastante desgastado pela aprovação de projetos contra interesses da classe trabalhadora como a reforma da previdência e retirada de direitos dos funcionários públicos, além do afastamento do movimento sindical e do próprio Movimento Sem Terra-MST.

Os interesses da indústria, neste momento, estavam em sintonia com as políticas adotadas pelo governo, tanto que durante a crise do “mensalão” a entidade saiu em defesa de Lula utilizando sua revista na edição de agosto de 2005 criticando a oposição (leia-se PSDB) de obstruir a governabilidade e que chegara o momento de parar de falar em crise e trabalhar, retornar “à agenda positiva”.

Numa segunda ocasião a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por intermédio de Paulo Skaf, lançou mão novamente da Revista com a proposta de uma reforma política que colocasse ponto final na crise defendendo a tese de que os problemas enfrentados pelo Brasil “residiam no sistema político” e não neste ou naquele governo em particular.

Portanto, enquanto perdurou o fenômeno do lulismo, duas importantes bases de apoio político estavam presentes para sua manutenção: o “subproletariado” que reconheceu no governo a possibilidade da proteção estatal e a melhoria das condições de sua vida material e fração da burguesia nacional que, ao mesmo tempo em que se defendia das investidas do capital internacional, seus interesses eram atendidos pela política econômica adotada desde o primeiro mandato do governo Lula.

5. O fim do Lulismo.

Assim, acreditamos que o lulismo se traduz numa novidade histórica de caráter econômico, social e político iniciado no primeiro governo Lula e se consolidando em 2006 com o fenômeno do realinhamento eleitoral do subproletariado que rompe com a articulação histórica com a burguesia nacional e passa a compor a base política do governo Lula.

Tal ruptura e, conseqüente transferência deste capital político, se deu em virtude de uma conjuntura econômica internacional favorável (2003-2008) a possibilitar o incremento de políticas de distribuição de renda e combate a pobreza, na ativação do comércio interno por meio da efetivação de políticas públicas, valorização do salário mínimo e criação de empregos, sem, contudo confrontar os mecanismos de acumulação do capital mantendo a ordem.

“Despedaçado” em 2013, o “Lulismo” chegaria ao seu fim com o golpe patrocinado contra a democracia brasileira que se inicia, mas não é seu desfecho, com as manifestações em protesto pelo aumento do transporte público na cidade de São Paulo em junho de 2013 o qual rapidamente tomou proporções e acabou por se transformar em revoltas populares. (GOHN, 2014, p. 8).

A mídia, a princípio, pouco se ocupou destas manifestações. Pelo contrário. Até condenou, pois, o perfil dos manifestantes denunciava um protesto de pessoas pertencentes às camadas médias e altas da sociedade brasileira, um protesto convocado por um Coletivo organizado em 2003, mas até então desconhecido: Movimento Passe Livre. “No dia 10 de junho de 2013, aconteceu a primeira referência do Jornal Nacional às manifestações, [...] ela foi negativa, enfatizando o “tumulto” [...] (SOUZA, 2016, p. 89) e os transtornos causados pelos “vândalos” e “baderneiros” que ocuparam a Avenida Paulista, na cidade de São Paulo.

A efetiva participação da mídia só se deu no momento em que os protestos ganharam força. A cobertura em tempo real dos acontecimentos passa de trabalho

jornalístico à verdadeira cooptação na imposição de pautas até então estranhas ao movimento.

Uma dessas bandeiras pautadas pela grande mídia foi a corrupção. A partir do momento em que manifestantes foram conduzidos a transferirem seus protestos relacionados ao aumento da passagem de ônibus para a corrupção, o golpe se colou em marcha. Foi a grande mídia e sua influência que abriram caminho para que os donos do poder retomassem as rédeas do Executivo Nacional brasileiro recolocando-se na condição de classe dominante (além de classe dirigente), direcionando as políticas federais de acordo com seus próprios interesses de classe, como sempre foi até 2002. Pois com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva houve reorientação, ainda que pouco significativa do ponto de vista orçamentário, no sentido de políticas de natureza pública direcionada às classes subalternas de nossa sociedade.

Foi a pauta da corrupção, imposta pela mídia, associada ao ódio de classes iniciado nas redes sociais, ódio esse alimentado e explorado de forma irracional dirigido, principalmente, ao programa Bolsa Família e a presença das classes subalternas da sociedade brasileira em locais originariamente redutos da classe média brasileira (Universidades, aeroportos, supermercados etc.) os fatores que propiciaram a demonização do governo federal.

A intensidade, potência, irracionalidade e virulência como este ódio foi eficazmente “trabalhado” é tamanho que, após três anos da destituição de um governo legitimamente eleito, a extrema-direita de contornos fascistas vencedora das eleições de 2018 ainda brada contra a “roubalheira do PT”, o combate ao “marxismo-cultural”, o fim da “ideologia de gênero” e a proposta de uma operação “lava jato” na educação atribuída às suspeitas de irregularidades dos governos anteriores (lulismo).

O desfecho do golpe que propiciaria o retorno da classe dominante à condução do Executivo Nacional e o fim do lulismo ganhou um aliado importante: o Judiciário. A proposta de *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff contou com a autoria de um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, Procurador aposentado Hélio Bicudo, do jurista Miguel Reale Júnior (filho de Miguel Reale militante fascista dos anos 1930) e da advogada Janaina Paschoal sob a alegação de “pedaladas fiscais”² e “improbidade

² O eufemismo “pedaladas fiscais” se refere às operações orçamentárias envolvendo o Tesouro Nacional no sentido de atrasar o repasse do montante devido aos Bancos Públicos na intenção de aliviar a dívida do Estado no referido mês. Em 21 de agosto de 2023, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região-TRF1 rejeitou, por unanimidade, pedido da 4ª Vara Federal Cível do DF para restaurar a ação de improbidade

administrativa”, baseados nos crimes de responsabilidade previstos no artigo oitenta e cinco, da Constituição Federal de 1988. Em virtude de sua vaguidade, não houve e não há consenso entre os juristas brasileiros, no campo processual, a respeito das “pedaladas fiscais” efetivamente serem ou não um crime de responsabilidade propriamente dito.

Mas a tese foi aceita e colocada em votação no plenário da Casa Legislativa depois de um ano de debates, contestações, desarranjos e articulações graças ao então desafeto de Dilma Rousseff e Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Após autorização concedida pela Câmara dos Deputados, o andamento do processo de *impeachment* ocorreu no Senado Federal com a condenação da presidente em 31 de agosto de 2016.

Considerações finais.

Os governos de caráter popular de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) foram marcados pelo controle inflacionário, pela redução do desemprego e constantes recordes da balança comercial, valorização do salário mínimo e acesso da classe subalterna à rede bancária, além de políticas públicas de inclusão, dentre as mais significativas o Bolsa Família. Em virtude destas reformas, e de várias outras ações governamentais, a economia apresentou desempenho satisfatório provocando resultados no plano político atraindo um público que historicamente votava em partidos contrários à esquerda, no Partido dos Trabalhadores em especial.

Outro aspecto do projeto econômico que vigeu entre 2003 a 2010 consistiu no não enfrentamento ao capital, menos ainda do combate ao modelo neoliberal adotado pelo Brasil desde os anos 1990, mas de reformas que atendessem ao fortalecimento de pequenas e microempresas, na incrementação do setor imobiliário, além do crédito rural etc. Isto atraiu a fração de classe burguesa nacional vinculada à indústria, ao sistema financeiro, ao agronegócio e construção civil.

Além desta fração de classe, o “Lulismo” ainda pode contar com a presença do subproletariado em sua base de governo, propiciando a continuidade do projeto de poder com as eleições de Dilma Rousseff.

Mas com o fim da valorização dos preços das commodities no mercado internacional o Brasil passa a ser afetado pela diminuição da entrada de capitais. Por sua vez, a oposição lança ofensiva contra o governo defendendo o *impeachment* de Dilma

baseada nas “pedaladas fiscais” contra a ex-Presidente Dilma Rousseff, do ex-Ministro da Fazenda Guido Mantega e do ex-Presidente do BNDES Luciano Galvão Coutinho.

Rousseff por suposta prática de crime de responsabilidade, resultando em seu afastamento em 31 de agosto de 2016.

Era o fim do “Lulismo” e início de uma era de incertezas e retrocessos contrariamente, não só com relação às expectativas de Singer (2012), bem como da grande maioria dos brasileiros, da possibilidade de um governo promover a superação das gritantes desigualdades produzidas pelas contradições do capitalismo brasileiro.

Referências bibliográficas.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**. Tradução Alexandre Barbosa de Souza e Bruno Costa. nov. 2011. p. 23-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a02n91.pdf> Acesso em: 27 ago. 2018.

BOITO JUNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas/SP; Editora da Unicamp/São Paulo/SP: Editora Unesp, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**. Estrutura de classe e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

Recebido em: 01/062023. Aceito em: 05/08/2023.
